



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2017

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SWITCHES, LICENÇAS E SUPORTE PARA AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE SAN (STORAGE AREA NETWORK) QUE ATENDE AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2) E SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO (SJES) COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO LOCAL ("ON-SITE") PELO PRAZO MÍNIMO DE 05 (CINCO) ANOS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2017/00252

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Sr. Desembargador Federal André Fontes**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____-____, Tel/Fax.: (0xx____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu _____, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2017/00252, em consequência do Pregão Eletrônico nº 127/2017, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/____, através do despacho nº TRF2-DES-2017/_____, FIRMAM o presente Contrato, objetivando *a aquisição de switches, licenças e suporte para ampliação da infraestrutura da rede SAN (Storage Area Network) que atende ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) com garantia e assistência técnica no local ("on-site") pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/0110, DE 15/03/2017, deste Tribunal, mediante as seguintes cláusulas e condições:



nº ____/2017 - Empresa contratada (ame)

Pág. 1

Autenticado digitalmente por EDUARDO HENRIQUE DE ARAGAO PEDROSO.
Documento Nº: 2029213-2149 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201728053

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de switches, licenças e suporte para ampliação da infraestrutura da rede SAN (*Storage Area Network*) que atende ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES) com garantia e assistência técnica no local (“*on-site*”) pelo prazo mínimo de 05 (*cinco*) anos, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 127/2017 e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 - DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CNPJ: 32.243.347/0001-51

Rua Acre, 80, sala 604,

Bairro: Centro - CEP: 20.081-000 – Rio de Janeiro - RJ.

Site: www.trf2.jus.br.

Coordenadoria de Licitação: Fone (21) 2282-8682 (12 às 19h)

E-mail: cpl@trf2.jus.br

1.2 - DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CNPJ: 05.424.467/0001-82

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877,

Bairro: Monte Belo - CEP: 29.053-245 – Vitória - ES.

Site: www.jfes.jus.br.

Seção de Licitações: Fone (27) 3183- 5105 (de 12 às 19h); Fax (27) 3183- 5094

E-mail: selic@jfes.jus.br

2 – CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E DA INSTALAÇÃO:

2.1 – As especificações técnicas mínimas objeto do presente Contrato e a instalação estão detalhadamente descritos nos itens 3 e 4 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 127/2017.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA:

3.1 – O prazo de entrega dos produtos será de ____ (____) dias, **[no máximo 60 (sessenta) dias corridos, conforme Proposta]**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.2 – O prazo para início da realização dos serviços de instalação será de até ____ (____) dias, **[no máximo 10 (dez) dias corridos, conforme Proposta]**, após a entrega dos equipamentos, sendo necessário agendamento prévio. Este prazo, poderá ser estendido em função de eventual necessidade da Contratante;



3.3 – O calendário de treinamento, com abrangência mínima de seis meses, deverá ser fornecido no prazo de ____ (____) dias, **[no máximo 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato;

3.4 – A Contratada deverá apresentar em até ____ (____) dias, **[no máximo 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, documento(s) que comprove(m) a certificação e/ou autorização, pelo fabricante do switch, do profissional que ministrará o curso.

3.5 – A ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático da capacitação e os materiais didáticos deverão ser entregues à Contratante em até ____ (____) dias, **[no máximo 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, para avaliação prévia e aprovação;

3.6 – O transporte dos equipamentos até o local especificado pelo Contratante deverá ser realizado pela empresa Contratada (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado);

3.7 – A verificação quanto ao estado dos equipamentos e acessórios após o transporte será de exclusiva responsabilidade da Contratada, sendo que, quaisquer danos ocorridos no transporte dos mesmos e observados a qualquer tempo, deverão ser reparados pela Contratada, sem qualquer solidariedade por parte do Contratante;

3.8 – Os equipamentos deverão ser novos, sem uso e estar na linha de produção do fabricante no momento da apresentação das propostas. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados ou de demonstração. Os equipamentos deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas. O Contratante poderá efetuar consulta do número de série do equipamento junto ao fabricante, informando data de compra e empresa adquirente, confirmando a procedência legal dos equipamentos;

3.9 – Os equipamentos deverão estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante;

3.10 – Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes, os quais poderão estar em meio eletrônico;

3.11 – Caso não sejam fabricados no Brasil, os equipamentos deverão ser importados legalmente, assegurando a prestação de garantia e suporte original do fabricante conforme estipulado adiante, não sendo aceitos equipamentos contrabandeados ou importados sem o reconhecimento da garantia no Brasil por parte do fabricante;

4 – CLÁUSULA QUARTA: DA REUNIÃO DE ALINHAMENTO COM A CONTRATADA:

4.1 – Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste instrumento, e esclarecer possíveis dúvidas acerca do objeto contratado;



4.2 – Deverão participar dessa reunião, pelo menos, o Gestor do Contrato o representante legal da Contratada, o fiscal técnico do Contrato e demais intervenientes;

4.3 – A reunião realizar-se-á nas instalações do **TRF2 ou SJES** em até 5 (*cinco*) dias úteis após assinatura do Contrato, conforme horário a ser agendado com o Contratante.

5 – CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 – A Contratada deverá entrar em contato prévio com o Contratante, através de *e-mail*, para que este defina e formalize o horário de entrega dos equipamentos e *softwares*.

5.2 – A entrega deverá ser comunicada ao Gestor do Contrato e toda a equipe de fiscalização do contrato por *e-mail* com antecedência mínima de 72 (*setenta e duas*) horas. Nesta comunicação, deverá ser enviada a relação dos materiais a serem entregues, identificados pelos respectivos *part-numbers* e números de série, bem como cópia das notas fiscais de remessa que acompanharão as mercadorias durante o transporte.

5.3 – Deverão ser entregues juntamente com os documentos fiscais, cópias impressas contendo a numeração de série dos equipamentos, *part-numbers* e suas respectivas descrições.

5.4 – Os equipamentos e licenças contratados pelo TRF2 deverão ser entregues diretamente na Rua Acre, nº 80 / 10º andar – sala 1003B – Rio de Janeiro – RJ, mediante devolução do canhoto(s) do(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) com data e assinatura de pessoa responsável pela respectiva Seção.

5.5 – Os serviços de instalação e suporte da contratação do TRF2 deverão ser realizados na sala cofre do TRF/2ª Região (Rua Acre, nº 80 / 11º andar – sala 1003B – Rio de Janeiro – RJ).

5.6 – Os equipamentos e licenças contratados pela SJES deverão ser entregues diretamente na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – Monte Belo, Vitória – ES, mediante devolução do canhoto(s) do(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) com data e assinatura de pessoa responsável pela respectiva Seção. Com prévio agendamento pelo telefone (27) 3183-5026 ou pelo *e-mail* seope@jfes.jus.br, das 13:00 às 18:00, de 2ª a 6ª feira.

5.7 – Os serviços de instalação e suporte da contratação da SJES deverão ser realizados na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1.877 – Monte Belo, Vitória – ES. Com prévio agendamento pelo telefone (27) 3183-5026 ou pelo *e-mail* seope@jfes.jus.br, das 13:00 às 18:00, de 2ª a 6ª feira.

5.8 – A Contratada será responsável pela entrega das mercadorias nas áreas indicadas pelo Contratante, devendo prover a equipe, as ferramentas e os equipamentos necessários para realizar o transporte. volumes pequenos deverão estar agrupados em paletes de madeira e envolvidos por filme plástico. A Contratada deverá providenciar a proteção adequada para o todos os pisos das instalações do Contratante por onde haverá movimentação dos componentes físicos.



5.9 – Qualquer dano causado às instalações da Contratante ou aos equipamentos nela existentes, durante o transporte e a entrega dos equipamentos e de quaisquer componentes necessários à sua instalação, deverá ser reparado pela Contratada.

5.10 – Caso o Contratante identifique, no momento da entrega, que a Contratada não observou qualquer exigência contratual, os equipamentos e *softwares* não serão recebidos. Neste caso, a Contratada deverá corrigir as falhas apontadas pelo Contratante e reagendar o serviço de entrega, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto ao Contratante.

5.11 – A entrega será concluída mediante devolução do canhoto(s) do(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) com data e assinatura do Gestor do Contrato, qualquer membro da equipe de fiscalização do contrato ou de algum supervisor da Contratante lotado na sala 1003B.

6 – CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.1 – O prazo de garantia dos equipamentos, fornecido pelo fabricante, abrangendo todos os hardwares e seus softwares, será de, no mínimo, ____ (____) anos, **[no mínimo 05 (cinco) anos, conforme Proposta]** on-site, contados a partir das datas de emissão dos Termos de Recebimento Definitivo dos equipamentos pelo Contratante.

6.2 – A Contratada deverá fornecer pelo menos um número telefônico (ligação local ou 0800) para abertura de chamados, com atendimento em português do Brasil, no período de 24x7 (*vinete quatro horas por dia x sete dias por semana*). No momento da abertura do chamado, a Contratada deverá fornecer um número de protocolo para acompanhamento do andamento do chamado.

6.3 – Condições de Atendimento:

6.3.1 – A Contratada deverá dar atendimento de manutenção total (com cobertura total de peças e/ou substituição de equipamento por outro novo, sem ônus para o Contratante) durante o período de Garantia mínimo de 05 (*cinco*) anos, nas instalações do Contratante (*on-site*).

6.3.2 – Suporte de hardware 24x7, com tempo de resposta de até 02 (*duas*) horas após a abertura do chamado e tempo máximo de solução de até 6 (*seis*) horas a contar da abertura do chamado.

6.3.3 – Identificada à necessidade de substituição provisória do equipamento, ou parte, por outro em perfeitas condições de uso e com a mesma configuração, a Contratada deverá fazer a substituição no prazo descrito no item anterior, dispondo, então, de até 30 (*trinta*) dias corridos para devolver o equipamento substituído devidamente reparado sem ônus para o Contratante.

6.3.4 – Durante todo o período de garantia contratual, os serviços serão prestados por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela Contratada.

6.3.5 – Caso os serviços de assistência técnica da garantia não possam ser executados nas dependências do Contratante, a(s) peça(s) ou componente(s) avariado(s) poderá(ão) ser removido(s) para o Centro de Atendimento da Contratada, mediante



justificativa por escrito relacionando o(s) problema(s) técnico(s) apresentado(s), que será analisado pelo setor competente do Contratante e que em caso de autorização, emitirá autorização expressa de saída do(s) equipamento(s), desde que o(s) equipamento(s) avariado(s) seja(m) substituído(s) por outro(s) equivalente(s) ou de superior configuração, durante o período de reparo.

6.3.6 – Toda e qualquer substituição de peças e componentes deverá ser acompanhada por funcionário designado pelo Contratante, que autorizará a substituição das peças e componentes, os quais deverão ser sempre novos e originais.

6.3.7 – A Contratada se compromete a não impedir ou criar empecilhos à conexão de seus equipamentos a softwares e/ou hardwares de outros fornecedores, desde que tal iniciativa não implique danos físicos aos equipamentos. A efetivação de tal medida não desobrigará a Contratada da prestação de assistência técnica, da manutenção e demais compromissos previstos em Edital e/ou em sua Proposta Comercial.

6.3.8 – Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento dos técnicos às instalações do Contratante, pela retirada e entrega dos equipamentos, assim como pelas despesas de transportes, fretes e seguros correspondentes.

6.3.9 – Todas as partes, peças e componentes constituintes do objeto contratado deverão estar totalmente cobertos pela garantia durante toda a sua vigência, incluindo serviços, substituições, reposições, trocas e ajustes.

6.3.10 – A Contratada, caso terceirize os serviços de atendimento técnico aos equipamentos durante o período de garantia, deverá informar qual(is) empresa(s) será(ão) responsável(is) pelos atendimentos aos chamados técnicos do Contratante, informando os dados da(s) empresa(s) (nome da empresa, pessoa responsável, endereço, telefone, fax e e-mail), manifestando claramente através de carta, o credenciamento da(s) referida(s) empresa(s), ou quando for o caso, da substituição(ões) da(s) mesma(s).

6.3.11 – A Contratada aceitará que o Contratante remaneje o(s) equipamento(s) adquirido(s) para qualquer outra instalação do Contratante, sem que tal fato decorra a perda ou prejuízo da garantia.

6.3.12 – O Contratante poderá solicitar o escalonamento de chamados ao fabricante do equipamento quando se tratarem de correções especiais, defeitos nos programas ou defeito em *hardware*.

6.3.13 – Durante o período de garantia, a Contratada deverá, sem ônus adicional para o Contratante, fornecer as atualizações e correções (“*patches*”) do *software* e *firmware* dos equipamentos fornecidos.

6.3.14 – Ao menos durante o período de garantia, deverá ser disponibilizado à equipe técnica do Contratante o acesso à base de conhecimento do produto ofertado, via *website* de suporte do fabricante, visando obter informações bem como tirar dúvidas sobre o sistema fornecido.

6.3.15 – A Contratada deverá comunicar à Contratante eventual alteração do número telefônico, site ou e-mail para abertura de chamados.



6.3.16 – A Contratada compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da Contratada e uma descrição resumida do problema.

6.3.17 – Caberá aos técnicos da Contratada, do fabricante ou da empresa autorizada identificar os componentes, peças e materiais responsáveis pelo mau funcionamento do sistema.

6.3.18 – Quaisquer peças, componentes ou outros materiais que substituam os defeituosos deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, sem ônus para a Contratante.

6.3.19 – A Contratada não poderá cobrar valores adicionais, tais como custos de deslocamento, alimentação, frete, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.

6.3.20 – O fornecedor deverá providenciar o deslocamento do equipamento, quando necessário, bem como seu retorno ao local de origem, sendo considerado, para todos os efeitos, durante este período, como fiel depositário do mesmo.

6.4 – O não atendimento às condições de garantia especificadas neste **Contrato** sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste **Contrato** e na Lei 8.666/93.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA: DA FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO AOS PRAZOS DE GARANTIA OU AOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS:

7.1 – Os atendimentos serão acompanhados durante toda a vigência da garantia por meio das Ordens de Serviço demandadas pelo Contratante à Contratada.

7.2 – Os níveis de serviço serão verificados através dos horários de abertura de chamado, de tempo de atendimento e de tempo de solução registrados pelo Contratante, em meios próprios, e pela Contratada nas ordens de serviço.

7.3 – A Contratada deverá aceitar obrigatoriamente abertura de Ordens de Serviço por telefone e, opcionalmente, por *e-mail* ou SMS.

7.4 – A Contratada deverá fornecer no momento da abertura um número de identificação único para cada Ordem de Serviço.

7.5 – Os prazos de atendimento definidos neste Contrato terão início a partir do registro da solicitação por telefone, do envio do *e-mail* ou do SMS.

7.6 – Todos os atendimentos prestados pela Contratada nas dependências do Contratante deverão ser seguidos do fornecimento imediato do relatório de atendimento, em formulário padronizado, onde deverá constar as seguintes informações:

7.6.1 – Impressão do nome da Contratada;

7.6.2 – Impressão do título "Relatório de Atendimento" ou "Ordem de Serviço" ou equivalente;

7.6.3 – Número da Ordem de Serviço que motivou o atendimento;

7.6.4 – Data e horário do início e do fim do atendimento;

7.6.5 – Descrição do erro ou falha relatada ou detectada;

7.6.6 – Correção aplicada ou tentativa implementada;



7.6.7 – Número de série da peça, parte ou componente retirado e da peça, parte ou componente colocado, nos casos de substituição de peças, partes ou componentes;

7.6.8 – Nome e assinatura do técnico que prestou o atendimento;

7.7 – Todos os atendimentos prestados pela Contratada remotamente deverão ser seguidos do envio imediato, por *e-mail*, do relatório de atendimento, onde deverá constar as seguintes informações:

7.7.1 – Número da Ordem de Serviço que motivou o atendimento;

7.7.2 – Data e horário do início e do fim do atendimento;

7.7.3 – Descrição do erro ou falha relatada ou detectada;

7.7.4 – Correção aplicada ou tentativa implementada;

7.7.5 – Nome do técnico que prestou o atendimento;

8 – CLÁUSULA OITAVA: DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

8.1 – A tabela a seguir sintetiza as etapas de execução desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	-
02	Reunião de alinhamento com a Contratada	No máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
03	Entrega dos switches	No máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.
04	Emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Switches	Imediatamente depois de efetuada a entrega dos Switches.
05	Execução dos serviços de instalação dos Switches	No máximo, 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de entrega dos Switches, ou de acordo com o estabelecido pela Contratante.
06	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Hardware	Até 10 (dez) dias úteis, após concluídos os serviços de instalação do Hardware.
07	Vigência da Garantia	A partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo de Hardware.
08	Serviços de Suporte	Disponíveis para solicitação a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Hardware, até o prazo máximo de 01 (um) ano.
09	Emissão do Termo de Recebimento Provisório dos Serviços de Suporte	Imediatamente depois de concluídos os Serviços de Suporte.
10	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços de Suporte	Até 10 (dez) dias úteis depois de concluídos os Serviços de Suporte.
11	Entrega do calendário de treinamento, com abrangência mínima de seis meses.	No prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de



ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
		assinatura do Contrato;
12	Entrega de documento que comprove que o treinamento será certificado pelo fabricante do switch ou, caso o treinamento seja ministrado pela própria contratada, documentos que comprovem a certificação do profissional que ministrará o curso bem como declaração de que a empresa está autorizada pelo fabricante a prestar a capacitação;	Até 30 (trinta) dias corridos contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato
13	Treinamento	Possível de ser iniciado a partir da entrega das documentações requeridas e relacionadas no referido item de treinamento, até o prazo máximo de 01 (um) ano, contados da assinatura do Contrato.
14	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo do treinamento	Imediatamente depois do treinamento ter sido concluído pela Contratada e aprovado pela Contratante.
15	Pagamento das Notas Fiscais	Até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto no documento fiscal.

9 – CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO:

9.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

9.1.1 – **Provisoriamente – pelo fiscal técnico**, imediatamente depois de efetuada a entrega dos equipamentos e licenças e, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações do Pregão.

9.1.2 – **Definitivamente – Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante**, depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderá exceder 10 (dez) dias, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

9.2 – Após a instalação do hardware pela Contratada, o Contratante, com o apoio de técnico(s) da Contratada, efetuará testes nos equipamentos, objetivando verificar sua conformidade com as especificações do Termo de Referência, bem como aferir a sua perfeita operação;

9.3 – Constatada divergência entre a especificação técnica constante no Termo de Referência ou qualquer defeito de operação ou avaria causada pelo transporte, os equipamentos serão recusados, ficando a Contratada obrigada a providenciar a correção do(s) equipamento(s) recusado(s) em até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do dia seguinte



à notificação da ocorrência por parte do Contratante. Nestes casos o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo ficará suspenso até a data em que o problema for sanado pela Contratada;

9.4 – O(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) dos serviços de suporte, será(ão) considerado(s) apto(s) para atesto definitivo somente após o consumo do total de horas, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação do(s) mesmo(s) para encaminhamento à rotina de pagamento;

9.5 – O(s) referido(s) Documento(s) Fiscal(is) dos serviços de treinamento, será(ão) considerado(s) apto(s) para atesto definitivo somente após a conclusão do treinamento devidamente aprovado pelo Contratante, e desde que, não existam outras pendências que impeçam a liberação do(s) mesmo(s) para encaminhamento à rotina de pagamento;

9.6 – Os Termos de recebimento serão emitidos pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

9.7 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MP nº 4, de 11/09/2014 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

9.8 – Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

9.9 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.10 – O aceite/aprovação produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

10 – CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1 – DO PREÇO:

10.1.1 – PLANILHA:

Lot e	Item	Discriminação	Quantidade		Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
			TRF	SJES		
1	1.1	Switch SAN modelo 48 portas				



Lot e	Item	Discriminação	Quantidade		Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
	1.2	Suporte de 30 horas, para serviços de planejamento, configuração e execução da integração dos switches à rede SAN atual, envolvendo todas as conexões lógicas e físicas; testes; implementações, configurações; atualizações, remoções; remanejamentos e quaisquer outras atividades necessárias ao bom funcionamento da rede SAN.				
		VALOR TOTAL DO LOTE 01				
2	2.1	Switch SAN modelo 96 portas				
	2.2	Suporte de 60 horas, para serviços de planejamento, configuração e execução da integração dos switches à rede SAN atual, envolvendo todas as conexões lógicas e físicas; testes; implementações, configurações; atualizações, remoções; remanejamentos e quaisquer outras atividades necessárias ao bom funcionamento da rede SAN.				
	2.3	Treinamento				
		VALOR TOTAL DO LOTE 02				
3	3.1	Expansão de 8 portas para switch SAN				
		VALOR TOTAL DO LOTE 03				

*CÓDIGO SIASG:

10.1.2 – O valor GLOBAL (Lote 1 + Lote 2 + Lote 3) deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

10.1.3 – Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado.

10.1.4 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços são fixos e irrevogáveis, salvo mediante ocorrência das hipóteses previstas pelo artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013.

10.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:



10.2.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, licenças e prestação de serviços, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, devidamente atestado pelo gestor do Contrato em até 05 (*cinco*) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal para valor inferior a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), ou em até 10 (*dez*) dias úteis, para valor superior a R\$ 8.000,00 (*oito mil reais*), a contar do atesto do documento fiscal, aposto pelo gestor do Contrato; sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

10.2.1.1 – No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

10.2.1.2 – Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

10.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos (SCON) deste Tribunal, localizada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, no horário das 12:00 às 17:00, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br.

10.2.3 – Para fins do disposto no subitem 10.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

10.2.4 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

10.2.4.1 – A Contratada, optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o art. 6º da Instrução Normativa n.º 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, alterada pela Instrução Normativa nº 1.540, de 05/01/2015.

10.2.5 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 10.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

10.2.6 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, em conformidade com o Acórdão 964/2012-Plenário-TCU;

10.2.6.1 – A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.



11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme o especificado, condicionada à aprovação do mesmo:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de empenho
02.061.0569.4257.6013	4.4.90.52.35	085.391 - AI	

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1 – A Contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;

12.2 – A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato;

12.3 – A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Contrato;

12.4 – Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções no objeto entregue, a Contratada será notificada e obrigada a efetuar as correções necessárias, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, sem ônus para o Contratante;

12.5 – Essa notificação interrompe os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada e ratificada por meio de relatório de aceite;

12.6 – Seguir as instruções e observações efetuadas pelo Gestor do Contrato, bem como reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos ofertados e os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

12.7 – Reportar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do(s) serviço(s);

12.8 – Responsabilizar-se integralmente pela sua equipe técnica, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o Contrato, dentro dos prazos estipulados, sob pena de ser considerada infração passível de aplicação de penalidades previstas, caso os prazos, indicadores e condições não sejam cumpridas;

12.9 – Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.



12.10 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

12.11 – A Contratada deverá implantar a solução adquirida sem gerar interrupções na rede pré-existente;

12.12 – As especificações descritas ao longo deste Contrato representam os requisitos essenciais exigidos pela Contratante, cabendo à Contratada fornecer todos os componentes de *hardware* e *software* necessários para que elas sejam atendidas, sem exceção;

12.13 – A Contratada poderá fornecer itens com características adicionais e até mesmo superiores, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas e se mantenha a compatibilidade da solução. Tal mudança deverá ser solicitada à Contratante e deverá contar com a anuência da mesma;

12.14 – O fornecimento de qualquer material adicional (cabo, conector, *transceiver*, conversor etc) necessário ao funcionamento de quaisquer dos itens adquiridos, não vislumbrados neste Contrato, será de responsabilidade da Contratada;

12.15 – A Contratada deve arcar com todas as despesas com deslocamento, alimentação e estadia para realização dos serviços (*on-site*) na sede do Contratante;

12.16 – A Contratada deverá utilizar na prestação dos serviços, profissionais qualificados e com certificação técnica emitida pelo fabricante dos equipamentos ofertados, capaz de prestar suporte de primeiro nível no ambiente e capaz de escalar os chamados ao fabricante, quando necessário;

12.17 – Quando for aplicável a instalação poderá ser realizada pelo próprio fabricante do equipamento, sem ônus para a Contratante e sob coordenação da Contratada, sem eximi-la das suas responsabilidades contratuais;

12.18 – A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

12.19 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

12.19.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo III do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo, a qual será entregue antes da entrega dos produtos.

12.20 – Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;



12.21 – Permitir que seus empregados, quando prestando serviço nas dependências do Contratante, sejam vistoriados pela Segurança Interna;

12.22 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

13.1 – Prestar, por meio de seu Gestor do Contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitados pela Contratada;

13.2 – Registrar os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do Contrato;

13.3 – Comunicar oficialmente à Contratada sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais;

13.4 – Efetuar o pagamento devido após o recebimento definitivo do objeto;

13.5 – Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a Contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

13.6 – Exercer permanente fiscalização na execução do Contrato, registrando as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;

13.7 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da Contratada às dependências, aos equipamentos e aos sistemas de informação do Contratante relacionados à execução;

13.8 – Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos de prestar o serviço contratado, desde que se apresentem devidamente identificados, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante;

13.9 – Manter a Contratada atualizada sobre os padrões de instalação, operação, configuração, segurança tecnológica e segurança da informação adotada no âmbito do contratante, a fim de que seu pessoal técnico esteja sempre habilitado à execução dos serviços contratados;

13.10 – Recusar o recebimento do *hardware*, material ou serviço que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada;

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES:

14.1 – Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da Contratante, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da



rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 14.1.1 – apresentar documentação falsa;
- 14.1.2 – fraudar a execução do contrato;
- 14.1.3 – comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.4 – cometer fraude fiscal;
- 14.1.5 – fizer declaração falsa;
- 14.1.6 – não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 14.1.7 – não manter a proposta.

14.2 – Para os fins do item 14.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

14.3 – Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos subitens “14.4”, “14.5”, “14.6” e “14.8” com as seguintes penalidades:

14.3.1 – advertência;

14.3.2 – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;

14.3.3 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

14.3.4 – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

14.4 – No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do Contrato.

14.5 – No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

14.6 – Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

14.6.1 – deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço; ou

14.6.2 – deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

14.7 – No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens “14.6.1” e “14.6.2” acima, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% deste Contrato.



14.8 – Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais da Contratada especificadas no Contrato, a Contratada, caso não sejam acatadas suas justificativas, estará sujeita à penalidade de multa entre 0,1% e 0,5% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitado ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais 1 (*um*) item obrigatório concomitantemente.

14.9 – O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada.

14.9.1 – Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, **caso esta tenha sido exigida**.

14.9.2 – Se os valores das faturas e da garantia, **se exigida**, forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação oficial.

14.9.3 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

14.9.4 – Caso o valor da garantia, **se exigida**, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

14.10 – O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

14.11 – Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017;

14.12 – A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à contratada, na forma da lei;

14.13 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.14 – Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no §1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO:

A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

16.1 – O fornecimento e os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais



ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 127/2017 e seus Anexos I, II, III, IV, V e VI;
- b) Proposta datada de __/__/____ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados (TRF2-CAP-2017/____).

16.2 – Na hipótese de divergência entre dos documentos indicados nas letras “a” e “b” prevalecerá o disposto no documento indicado na letra “a”.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

17.1 – O Contratante designará a **Equipe de Gerenciamento da Contratação que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo**, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

17.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

17.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

17.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

17.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.

17.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

17.4 – A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

17.5 – As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

18.1 – O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente a data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 9.1.2 da Cláusula Nona.

18.2 – O prazo de garantia *on-site* dos equipamentos fornecidos, que será de ____ (____) dias **[no mínimo 60 (sessenta) meses, conforme Proposta]**, contado a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, estabelecido no subitem 9.1.2 deste Contrato.

19 – CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

19.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo



56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

19.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

19.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

19.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto na Cláusula Nona deste Contrato;

19.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

19.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

19.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 19.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

19.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

19.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 19.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

19.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 13.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

19.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

19.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

19.6 - Será considerada extinta a garantia:

19.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

19.6.2 - Com a extinção do Contrato.

19.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

19.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

19.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

19.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;



19.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

19.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

19.7.2. - Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 19.7.1.3 e 19.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

19.8 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

20 – CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:

20.1 – A Contratada deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da Contratante;

20.2 – São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

20.3 – São vedadas a cópia, reprodução, divulgação ou a utilização de quaisquer conteúdos de manuais, documentações ou processos administrativos e judiciais, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;

20.4 – É dever da Contratada não divulgar qualquer informação a que tenha acesso em razão da execução dos serviços;

20.5 – É dever da Contratada não utilizar recursos ou serviços da Contratante para fins alheios ao objeto da contratação;

20.6 – A Contratada deve ter ciência de que seus acessos realizados ou dados transmitidos podem ser auditados;

20.7 – É responsabilidade da Contratada garantir o cumprimento de todos os itens referentes à garantia do sigilo das informações constantes neste edital junto aos seus funcionários e prestadores de serviços por ela contratados.

21 – CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

21.1 – Após o término deste Contrato a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

21.2 – Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

22 – CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.



23 – CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

23.1 – O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/1995 e nº 10.192 de 14/02/2001.

23.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

23.3 – As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

23.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

23.5 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas na Cláusula Décima Quarta do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.

24 – CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

25 – CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 02 (*duas*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

